
Comentários

Composição e mobilidade populacional

A distribuição etária da população do País, segundo dados de 2008, mostrou que a tendência de envelhecimento populacional se manteve. As faixas etárias mais jovens registraram participações menores do que as observadas em 2007, enquanto as faixas de idade mais elevadas mostraram aumento na participação da população total residente. O total de pessoas com 40 anos ou mais de idade cresceu 4,5% em relação ao ano anterior.

De uma forma geral, o comportamento regional foi o mesmo: redução na população mais jovem e aumento do percentual de pessoas com idade mais avançada. A Região Centro-Oeste foi a que apresentou a menor queda na participação da população de 0 a 14 anos de idade e a Região Norte, a maior (de 32,7%, em 2007, para 31,4%, em 2008), continuando a manter a estrutura etária mais jovem. Também foi a única região que apresentou o contingente de crianças de 0 a 4 anos de idade (1,4 milhão) maior que o de pessoas com 60 anos ou mais de idade (1,1 milhão). Também, no Norte, foi observado o menor percentual de pessoas nesta última faixa etária (7,1%).

O Sul e o Sudeste apresentaram as estruturas etárias mais envelhecidas. Nestas regiões a população de 40 anos ou mais de idade representavam, respectivamente, 38,1% e 37,8% da população residente. Estes dados podem ser verificados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2007-2008

Sexo e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2007						
Sexo						
Homens	48,8	49,9	48,8	48,4	48,9	49,6
Mulheres	51,2	50,1	51,2	51,6	51,1	50,4
Grupos de idade						
0 a 14 anos	25,5	32,7	28,4	22,8	23,3	25,9
15 a 39 anos	41,4	43,6	42,3	40,6	39,7	43,3
40 anos ou mais	33,1	23,7	29,3	36,6	37,0	30,8
2008						
Sexo						
Homens	48,7	50,0	48,9	48,1	48,7	49,2
Mulheres	51,3	50,0	51,1	51,9	51,3	50,8
Grupos de idade						
0 a 14 anos	24,7	31,4	27,8	21,9	22,8	25,5
15 a 39 anos	41,0	43,5	42,0	40,2	39,1	42,6
40 anos ou mais	34,3	25,1	30,2	37,9	38,1	31,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Analisando por Unidade da Federação, confirmou-se que os estados das Regiões Norte e Nordeste apresentavam, em geral, os maiores percentuais de pessoas de 0 a 4 anos de idade, com destaque para o Acre (11,0%), Roraima (10,2%) e Amazonas (10,1%). No lado oposto, estava o Rio de Janeiro, onde apenas 5,6% da população residente situava-se nesta faixa etária, além de ser o estado que concentrava o maior percentual de pessoas com 60 anos ou mais de idade, 14,9%. Outro estado que se destacou pelo elevado percentual de pessoas com 60 anos ou mais de idade foi o Rio Grande do Sul (13,5%).

A população do País, em 2008, era composta por cerca de 92,4 milhões de homens e 97,5 milhões de mulheres. A tendência de envelhecimento da população residente foi verificada para homens e mulheres e a população feminina continuou a apresentar uma estrutura etária mais envelhecida que a da população masculina. Observou-se que 6,9% das mulheres tinham de 0 e 4 anos de idade, enquanto para os homens esta faixa etária correspondia a 7,5%. Já a população de 60 anos ou mais de idade representava 12,1% do total de mulheres e 10,0% de homens.

Regionalmente, as mulheres eram maioria em quase todas as regiões, sendo que apenas no Norte, o percentual de homens e mulheres era igual. Vale acrescentar que a população feminina com 60 anos ou mais de idade desta região continuou relativamente inferior às das demais. Enquanto na Região Norte 52,0% das pessoas nesta faixa de idade eram mulheres, nas demais regiões, estas proporções foram mais elevadas: Sudeste (57,3%); Sul (56,0%); Nordeste (56,0%) e Centro-Oeste (52,6%).

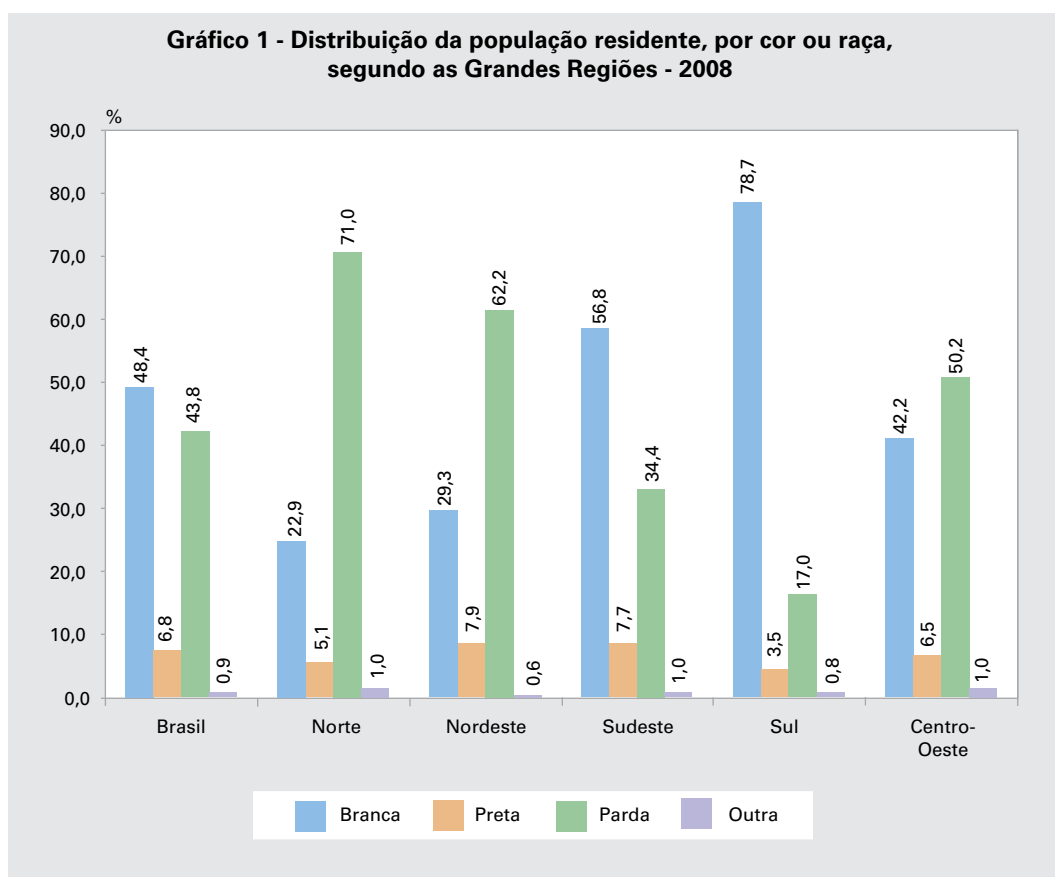
No País, em 2008, o número médio de pessoas por domicílio ficou em 3,3 e, por família, em 3,1. A Região Norte apresentou o resultado mais elevado nos dois

indicadores (3,8 pessoas por domicílio e 3,5 por família). O mais baixo número médio de pessoas por família foi o da Região Sul (2,9), que deteve, juntamente com a Região Sudeste, a menor média de pessoas por domicílio (3,1).

A parcela de domicílios com um único morador manteve a tendência de crescimento que já vinha sendo observada. De 2007 para 2008, esta proporção subiu de 11,5% para 12,0%.

No que se refere à cor ou raça, a população residente do País estava composta por 48,4% de pessoas brancas, 43,8% de pardas e 6,8% de pretas e 0,9% de amarelas e indígenas. Em relação a 2007, houve uma elevação de 1,3 ponto percentual na proporção de pessoas declaradas pardas e redução das proporções das populações declaradas pretas (0,7 ponto percentual) e brancas (0,8 ponto percentual).

Entre as regiões brasileiras esta composição é sabidamente bastante diferenciada, o que se confirmou em 2008. Enquanto na Região Norte e na Região Nordeste as pessoas se declaravam predominantemente pardas e pretas, na Região Sul, 78,7% das pessoas se classificaram como brancas. A população parda cresceu em todas as Grandes Regiões, exceto na Centro-Oeste, onde não houve praticamente variação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Com relação aos dados de migração, foi registrado que, em 2008, as pessoas não naturais do município de residência correspondiam a 40,1% (39,8%, em 2007) da

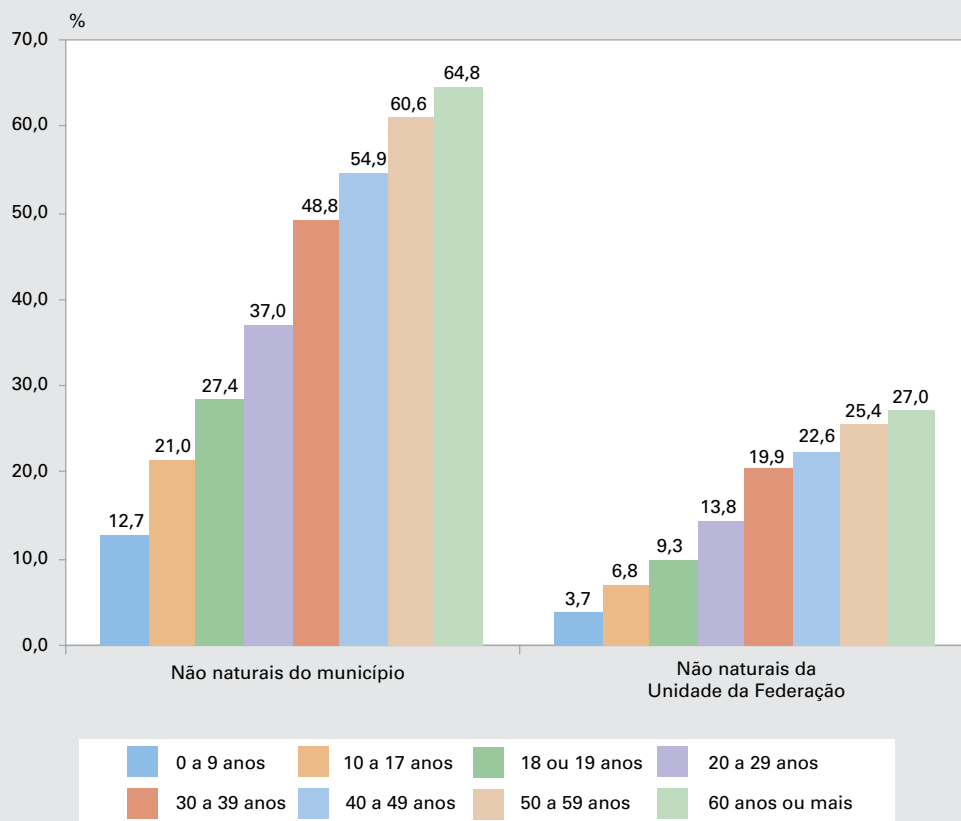
população do País e aquelas não naturais da Unidade da Federação em que moravam representavam 15,7% (mesmo resultado de 2007).

Em termos regionais, na análise da naturalidade em relação ao município, a Região Centro-Oeste foi a única que teve população não natural superior à natural, isto é, 54,2% desta região era não natural do município de moradia. Nas demais regiões, os percentuais de pessoas não naturais foram: Norte (43,3%); Nordeste (31,8%); Sudeste (41,3%) e Sul (44,0%).

Quanto à naturalidade em relação à Unidade da Federação em que residiam, 35,6% dos moradores da Região Centro-Oeste eram não naturais. As Regiões Norte (21,9%); Nordeste (7,4%); Sudeste (18,0%) e Sul (12,0%) apresentaram percentuais menores.

Com o aumento da faixa de idade, verificou-se progressivo crescimento na proporção de migrantes. O perfil etário mais envelhecido dos migrantes pode estar relacionado aos deslocamentos por melhores oportunidades de trabalho. Dentre os naturais da Unidade da Federação, 30,6% tinham 40 anos ou mais de idade, enquanto 54,0%, entre os não naturais estavam nesta faixa etária.

Gráfico 2 - Percentual de pessoas não naturais do município e não naturais da Unidade da Federação, na população residente, por grupos de idade - Brasil - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Situação educacional

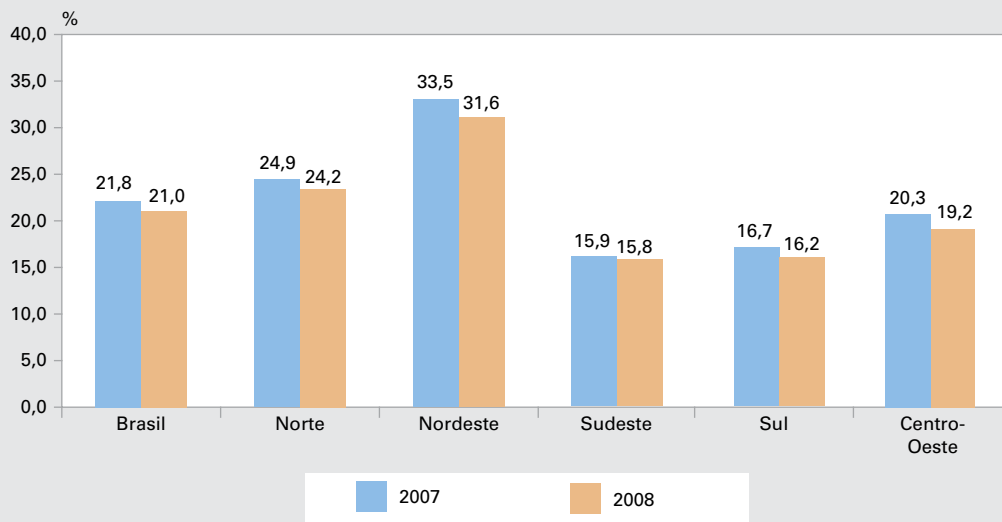
Os dados da PNAD 2008 revelaram que, no Brasil, entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, havia cerca de 14,2 milhões de analfabetos. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 10,0%. Em 2007, este indicador foi 10,1%.

A taxa de analfabetismo desta faixa etária continuou apontando disparidades regionais. Na Região Nordeste, este indicador era quase o dobro do nacional. Entretanto, esta região foi a única a apresentar queda expressiva da taxa em relação a 2007, passando de 19,9% para 19,4%.

Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, grupo em que a criança ou adolescente já deveria estar pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo foi estimada em 2,8%, configurando queda de 0,3 ponto percentual em relação a 2007. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a taxa de analfabetismo desta faixa etária era inferior a 1,5%. Enquanto nas Regiões Norte e Nordeste a taxa foi estimada em 3,5% e 5,3%, respectivamente.

A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 10,2%, enquanto a das mulheres, do mesmo grupo etário, foi de 9,8%. Nas Regiões Sudeste e Sul, as taxas de analfabetismo das mulheres eram sensivelmente superiores às dos homens.

Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2007-2008



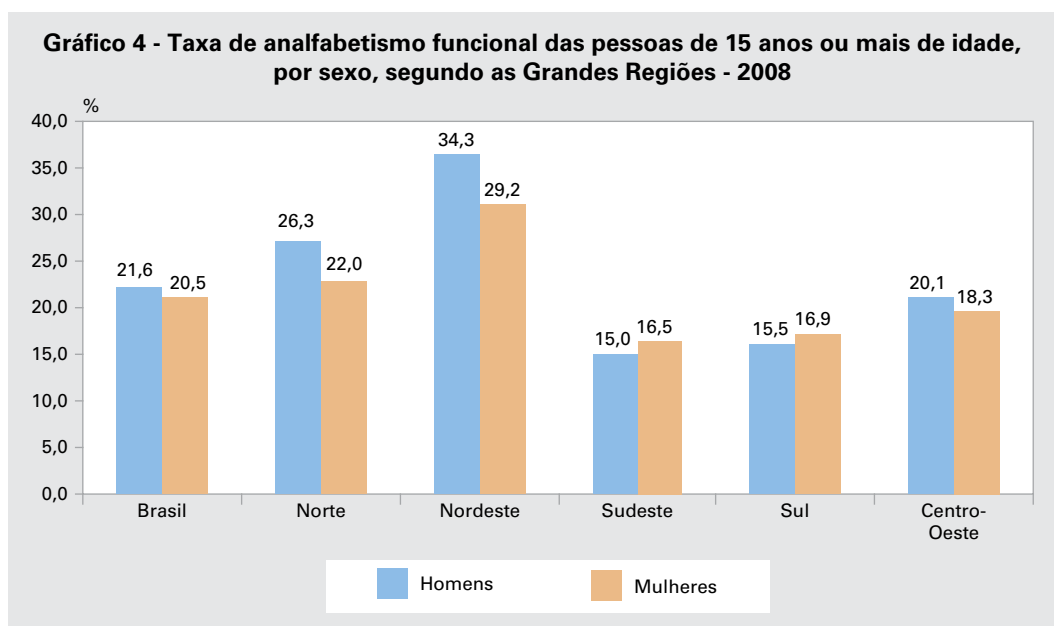
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

A pesquisa propiciou estimar também o indicador aproximado do analfabetismo funcional¹. A taxa de analfabetismo funcional, que é representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completos

¹ Segundo definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO), funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

em relação ao total de pessoas de 15 anos ou mais de idade, foi estimada em 21,0%, 0,8 ponto percentual menor do que a de 2007. Em 2008, foram contabilizados, dentre as pessoas de 15 anos ou mais de idade, 30 milhões de analfabetos funcionais. Neste período, todas as regiões apresentaram queda desta taxa, com destaque para a Nordeste onde a retração atingiu 1,9 ponto percentual.

No Brasil, a taxa de analfabetismo funcional masculina também era superior à feminina (21,6% contra 20,5%). Apenas nas Regiões Sudeste e Sul, as taxas de analfabetismo funcional das mulheres eram superiores às dos homens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Em 2008, a população de 10 anos ou mais de idade no País tinha, em média, 7,1 anos de estudo. No Nordeste, a pesquisa mostrou que o número médio de anos de estudo era menor (5,9 anos). Na Região Sudeste, onde esta estimativa era mais elevada, alcançou 7,7 anos de estudo.

No Brasil, as mulheres estudavam, em média, 7,2 anos de estudo, mais do que os homens, com 6,9 anos de estudo. Entretanto, ao desagregar por faixa etária, foi possível verificar que nas idades mais elevadas o número médio de anos de estudo dos homens era mais elevado que o das mulheres.

Na faixa etária de 18 anos ou mais (considerando que este grupo já teria idade suficiente para ter concluído o ensino médio, ou seja, pelo menos 11 anos de estudo), foi constatado que esta população tinha, em média, 7,4 anos de estudo. Aos 25 anos ou mais de idade o número médio de anos de estudo foi calculado em 7,0 anos.

Analisando a distribuição da população de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, foi verificado que 31,6% tinham 11 anos ou mais de estudo (equivalente a pelo menos o ensino médio concluído). Por outro lado, cerca de 22,8% da população era sem instrução ou não havia concluído sequer a 4ª série do ensino fundamental. A análise observou, ainda, que 1/3 das mulheres tinha pelo menos o ensino médio completo. Para os homens, este número não chegou a 30%.

Aumentou a taxa de escolarização da população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade - passou de 97,0%, em 2007, para 97,5%, em 2008. Ressalta-se que as taxas de escolarização nas cinco Grandes Regiões observadas variaram de 96,1%, na Região Norte, a 98,1%, na Região Sudeste, nessa mesma faixa etária.

A escola pública atendia cerca de 79,2% dos estudantes de 4 anos ou mais de idade, no Brasil. Para os ensinos fundamental e médio, a maioria expressiva desta população, 88,0% e 86,5%, respectivamente, estava na rede pública. No ensino superior, este quadro era o oposto. Em torno de 76,3% dos estudantes de nível superior dependiam da rede particular. Este número aumentou 0,4 ponto percentual em um ano.

O comportamento desse indicador se mostrou diferenciado entre as regiões. Na Região Norte, a proporção de estudantes em escolas privadas era inferior à verificada nas demais regiões, em todos os níveis de ensino.

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível e a rede de ensino que frequentavam - 2008

Nível e rede de ensino que frequentavam	Distribuição dos estudantes de 4 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (1)	79,2	86,4	82,6	75,5	78,6	75,7
Particular (1)	20,8	13,6	17,4	24,5	21,4	24,3
Maternal, jardim de infância, etc.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	74,1	79,5	71,7	75,4	76,1	66,9
Particular	25,9	20,5	28,3	24,6	23,9	33,1
Fundamental e classe de alfabetização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	88,0	92,2	87,7	86,3	91,2	85,7
Particular	12,0	7,8	12,3	13,7	8,8	14,3
Médio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	86,5	91,8	88,4	84,9	84,8	84,5
Particular	13,5	8,2	11,6	15,1	15,2	15,5
Superior (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (2)	23,7	37,2	34,7	17,6	22,2	23,5
Particular (2)	76,3	62,8	65,3	82,4	77,8	76,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclusive os estudantes de cursos de alfabetização de adultos ou pré-vestibular. (2) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Situação do mercado de trabalho

Em 160,6 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, foi estimada a população em idade ativa - PIA do Brasil, segundo dados da PNAD em 2008. Esse contingente apresentou um crescimento de 1,7% em comparação com o de 2007. A população economicamente ativa na semana de referência - PEA, estimada em 99,5 milhões de pessoas, estava composta por 93% de pessoas ocupadas e 7% de desocupadas nessa semana. O contingente de pessoas ocupadas totalizou 92,4 milhões de

milhões de pessoas – o que representou um crescimento de 2,8% em relação a 2007. A proporção da PEA em relação à PIA, denominada taxa de atividade, foi de 62,0% em 2008, ficando igual à do ano anterior. Já o nível de ocupação, que mede a proporção de pessoas ocupadas no universo da PIA foi de 57,5%, contra 57,0% em 2007. Especificamente entre os homens ela foi de 68,6% e de 47,2% entre as mulheres. A Grande Região com maior percentual de crescimento da população ocupada foi a Norte: taxa de 4,2% (de 6,6 milhões para 6,9 milhões de pessoas). O Sudeste concentrou o maior contingente de pessoas ocupadas (39,4 milhões de pessoas). A taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) atingiu 7,1%, contra 8,1% em 2007. A taxa de desocupação diminuiu entre os homens e as mulheres, sendo que para eles passou de 6,1%, em 2007, para 5,2%, em 2008; já as mulheres, que tinham registrado uma taxa de desocupação de 10,8%, em 2007, passaram a uma taxa de 9,6%, em 2008. Em termos regionais, a taxa de desocupação mostrou-se acima da taxa nacional no Nordeste (7,5%), no Sudeste (7,8%) e no Centro-Oeste (7,5%). Nas Regiões Norte e Sul, ela foi de 6,5% e 4,9%, nessa ordem.

Tabela 3 - Indicadores de condição de atividade e de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 2008

Sexo	Indicadores de condição de atividade e de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Taxa de atividade						
Total	62,0	60,0	60,2	62,0	65,1	64,5
Homens	72,4	72,3	71,5	72,1	74,3	74,1
Mulheres	52,2	47,9	49,5	52,7	56,5	55,2
Nível da ocupação						
Total	57,5	56,1	55,6	57,2	61,9	59,7
Homens	68,6	69,1	67,5	68,0	71,6	70,2
Mulheres	47,2	43,3	44,6	47,2	52,8	49,5
Taxa de desocupação						
Total	7,1	6,5	7,5	7,8	4,9	7,5
Homens	5,2	4,4	5,7	5,6	3,7	5,3
Mulheres	9,6	9,6	10,0	10,5	6,5	10,2
Percentual de pessoas que já trabalharam antes na população desocupada						
Total	70,3	66,9	68,9	71,1	73,4	70,2
Homens	70,3	67,3	70,1	70,1	73,7	70,5
Mulheres	70,3	66,6	67,9	71,7	73,1	70,1
Distribuição das pessoas economicamente ativas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	56,4	59,9	57,5	55,5	55,2	56,4
Mulheres	43,6	40,1	42,5	44,5	44,8	43,6
Distribuição das pessoas ocupadas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	57,6	61,2	58,7	56,9	55,9	57,7
Mulheres	42,4	38,8	41,3	43,1	44,1	42,3

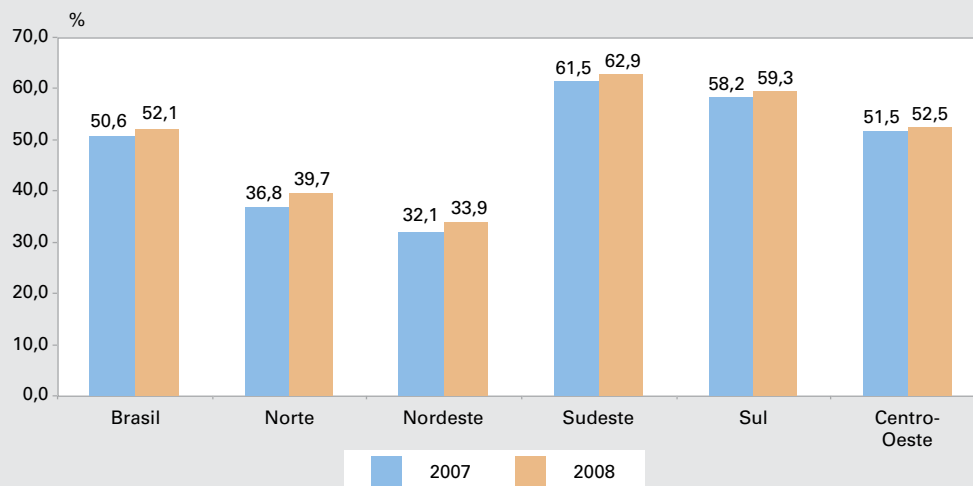
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Nos últimos anos, tem sido observada a redução da PIA nos grupos etários mais jovens, como aqueles de 10 a 14 anos de idade e 15 a 19 anos de idade, e, também, no contingente ocupado. A redução desses grupos na condição de ocupado, tem-se refletido na sua participação no total da população ocupada. Em 2007, aqueles do grupo de 10 a 14 anos de idade tinham uma participação de 1,8% no total da população ocupada, passando a 1,4% em 2008. Movimento semelhante ocorreu no grupo de 15 a 19 anos de idade, cuja participação passou de 7,5% para 7,1%, de 2007 para 2008. Por outro lado, houve crescimento, de 2007 para 2008, na participação na população ocupada dos grupos etários de 50 a 59 anos (de 12,9% para 13,4%) e de 60 anos ou mais (de 6,6% para 6,9%). Os maiores percentuais de participação no total de pessoas ocupadas foram observados nos grupos etários de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, que alcançaram, respectivamente, 24,1% e 21,3%. De 2007 para 2008, esses dois grupos apresentaram aumento no contingente de ocupados: de 21,9 milhões para 22,3 milhões de pessoas (crescimento de 1,8%) entre aqueles de 30 a 39 anos de idade, e de 19,1 milhões para 19,7 milhões de pessoas (crescimento foi de 3,4%) no caso do grupo de 40 a 49 anos de idade.

Quanto ao grau de instrução da população ocupada, a distribuição em relação ao número de anos de estudo foi observada como se segue: sem instrução e menos de 1 ano de estudo, 7,8 milhões de pessoas (8,4%); 1 a 3 anos de estudo, 8,6 milhões de pessoas (9,3%); 4 a 7 anos de estudo, 21,8 milhões de pessoas (23,6%); 8 a 10 anos de estudo, 16,0 milhões de pessoas (17,3%) e 11 anos ou mais de estudo, 38,1 milhões de pessoas (41,2%). Em 2008, o contingente de pessoas do grupo de 11 anos ou mais de estudo cresceu 8,5%, enquanto o dos grupos de 1 a 3 anos de estudo e de 4 a 7 anos de estudo diminuíram em 7,8% e 1,8%, respectivamente. A Região Nordeste foi a que apresentou a maior redução no grupo de 1 a 3 anos de estudo (12,9%), seguida pelas quedas observadas nas Regiões Sul (11,6%), Centro-Oeste (9,7%) e Sudeste (2,1%). Comportamento diverso, contudo, ocorreu na Região Norte, onde houve crescimento de 4,4% do contingente de pessoas nesse grupo de anos estudo. No tocante ao grupo de 11 anos ou mais de estudo, cujo crescimento no Brasil foi de 8,5% de 2007 para 2008, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram taxas de crescimento bem acima da nacional: 11,9% e 11,2%, respectivamente. Já a Região Sudeste teve o menor crescimento de 7,0%, portanto abaixo da taxa nacional. Cabe ressaltar, entretanto, que a Região Sudeste, ainda que apresentasse a menor taxa de crescimento, foi aquela onde se concentrou o maior percentual de pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de estudo, que foi de 48,4% (19,1 milhões de pessoas), enquanto no Norte essa participação foi de 35,3% (2,4 milhões de pessoas) e Nordeste foi de 30,5% (7,5 milhões de pessoas).

Outro aspecto investigado pela PNAD foi o da contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho. Dentre as 92,4 milhões de pessoas 10 anos ou mais de idade ocupadas, 48,1 milhões (52,1%) eram contribuintes e 44,2 milhões (47,9%) não contribuintes. Frente a 2007, o número de contribuintes cresceu 5,9%. Esse aumento de contribuintes foi impulsionado pela elevação do emprego com carteira de trabalho assinada, que de 2007 para 2008 cresceu 7,1%. Em termos regionais, o Sudeste registrou o maior percentual de contribuintes, 62,9% (24,8 milhões de pessoas). O Nordeste teve o menor percentual, 33,9% (8,3 milhões de pessoas). A Região Norte foi a que teve maior crescimento no percentual de contribuintes de 2007 para 2008, 2,9 pontos percentuais – passou de 36,8% (2,4 milhões de pessoas), em 2007, para 39,7% (2,7 milhões de pessoas), em 2008.

Gráfico 5 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2007-2008



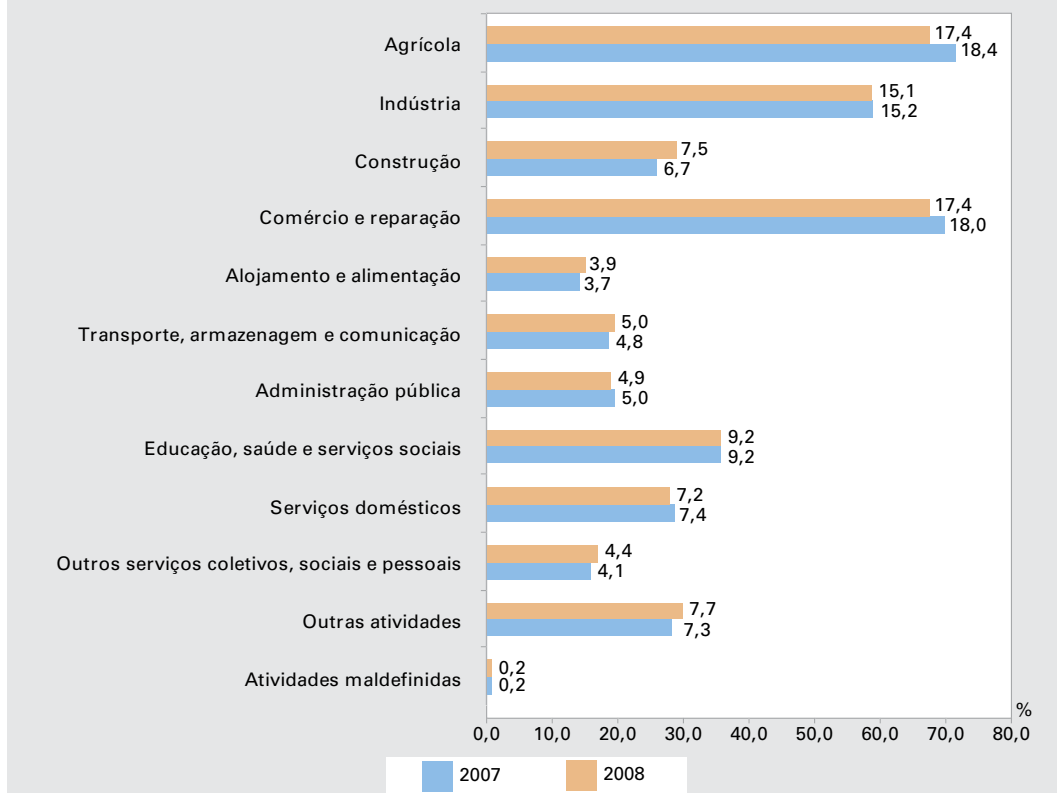
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Investigou-se ainda a associação a sindicato, cujo número de associados em 2008 (16,8 milhões de pessoas) representou 18,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (92,4 milhões de pessoas). A Região Sul teve o maior percentual de trabalhadores sindicalizados, 21,7%, que representou 3,2 milhões de pessoas. As Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram, respectivamente, 19,6% (4,8 milhões de pessoas) e 17,1% (6,7 milhões de pessoas) de trabalhadores associados a sindicato. Em todas as Grandes Regiões houve crescimento do número de associados de 2007 para 2008, sendo os percentuais de aumento mais relevantes aqueles ocorridos no Norte (14,8%), seguido pelo Centro-Oeste (8,7%) e pelo Sudeste (7,2%).

Quanto à distribuição das pessoas ocupadas segundo os grupamentos de atividade, as maiores participações foram as dos grupamentos agrícola, da indústria e do comércio e reparação com 17,4%, 15,1% e 17,4%, respectivamente. As diferenças regionais nesses três grupamentos foram observadas sobretudo no grupamento agrícola. Enquanto o percentual nacional das pessoas ocupadas no grupamento agrícola foi de 17,4%, no Nordeste esse percentual foi de 30,8%, enquanto no Sudeste, de 8,9%. O grupamento da indústria teve maior absorção de pessoal ocupado no Sudeste (18,2%) e no Sul (18,7%). Já o do comércio e reparação mostrou-se com percentuais menos distantes do nacional (17,4%) em todas as Grandes Regiões, sendo que as maiores participações foram na Norte (18,8%) e na Centro-Oeste (19,0%). Na comparação com 2007, o grupamento da construção teve o maior crescimento, 14,1%, com destaques para as Regiões Norte e Nordeste, que registraram aumentos de 19,9% e 19,6%, nessa ordem. Por outro lado, o grupamento agrícola, a despeito da sua importante participação na distribuição da população ocupada (17,4%), apresentou redução de 2,6% no seu contingente, de 2007 para 2008. A redução do contingente de pessoas ocupadas nesse grupamento foi mais pronunciada na Região Norte, cuja queda foi de 7,7% na comparação com 2007. O Sul e o Centro-Oeste também registraram quedas de 5,5%

e 5,1%, nessa ordem. A Sudeste foi a única região que apresentou crescimento de pessoas ocupadas no grupamento agrícola de 2007 para 2008, de 2,6%. O grupamento do comércio e reparação comportava 18,0% da população ocupada em 2007, sendo superado apenas pelo agrícola (18,4%). Em 2008, no entanto, esses dois grupamentos registraram o mesmo percentual na distribuição da população ocupada (17,4%); o que representou uma queda de 1 ponto percentual no grupamento agrícola e 0,6 ponto no do comércio e reparação.

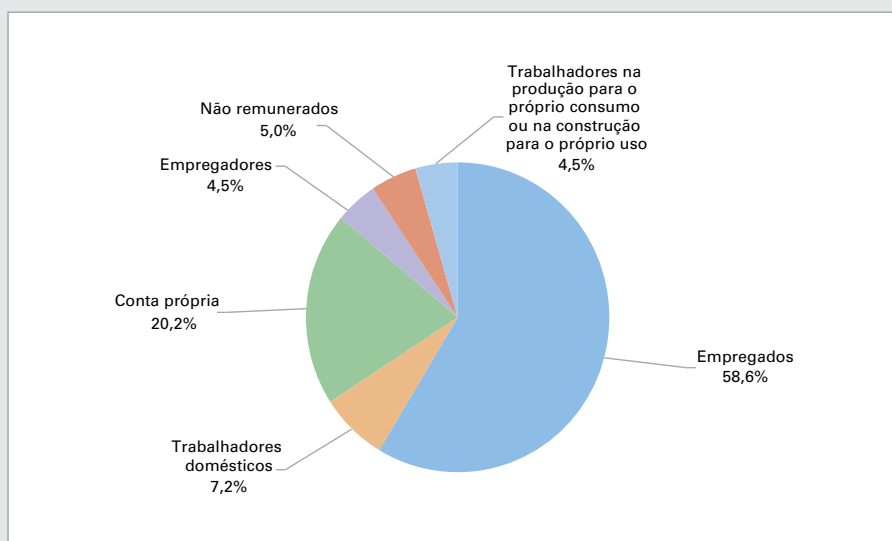
Gráfico 6 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal Brasil - 2007-2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Com referência aos dados de posição na ocupação e categoria do emprego, a PNAD mostrou que dos 92,4 milhões de pessoas ocupadas em 2008, 58,6% (54,2 milhões) eram empregados; 7,2% (6,6 milhões de pessoas), trabalhadores domésticos; 20,2% (18,7 milhões de pessoas), conta própria; 4,5% (4,1 milhões de pessoas), empregadores; 5,0% (4,6 milhões de pessoas), trabalhadores não remunerados; 4,4% (4,1 milhões de pessoas), trabalhadores na produção para o próprio consumo e 0,1% (0,1 milhão de pessoas), trabalhadores na construção para o próprio uso. De 2007 para 2008, destacou-se o crescimento da categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada, que passou de 33,1% para 34,5%. A Região Norte teve aumento de 2,1 pontos percentuais (20,9% para 23,0%) nessa categoria do emprego, na Sul, o crescimento foi de 1,6 ponto percentual (37,2% para 38,8%), e na Sudeste, de 1,4 ponto percentual (42,2% para 43,6%). Por outro lado, houve redução do percentual dos trabalhadores por conta própria, de 21,2% para 20,2% no período.

Gráfico 7 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2008



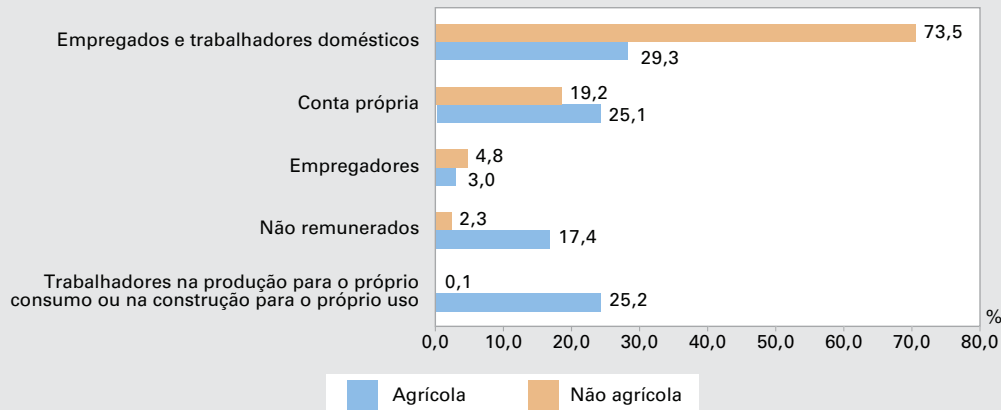
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Quanto à categoria do emprego em atividade agrícola, com 16,1 milhões de pessoas ocupadas em 2008, os empregados correspondiam a 29,3%, os trabalhadores por conta própria a 25,1%; e os trabalhadores na produção para o próprio consumo a 25,2%. Em relação a 2007, ressaltou-se a redução de trabalhadores não remunerados nessa atividade, de 20,7% para 17,4%. Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, foram observadas as maiores presenças de empregados em atividade agrícola, 48,4% e 41,9%.

Em atividade não agrícola, com 76,3 milhões de pessoas ocupadas em 2008, verificou-se aumento de pessoas ocupadas na condição de empregado: de 63,7% (46,8 milhões de pessoas), em 2007, para 64,8% (49,5 milhões de pessoas), em 2008. Esse crescimento ocorreu principalmente na Região Sul, de 66,2% para 68,0%, de 2007 para 2008. Dentre os empregados e trabalhadores domésticos, cresceu também aqueles com posse de carteira de trabalho assinada, de 40,8% (29,9 milhões de pessoas) para 41,7% (31,8 milhões de pessoas). As Regiões com maiores concentrações de pessoas com carteira de trabalho assinada foram a Sudeste (48,3%) e a Sul (48,4%). Em relação a 2007, as Regiões Norte, Sudeste e Sul destacaram-se pelo crescimento do percentual do contingente de empregados e trabalhadores domésticos com essa característica: crescimentos de 1,3; 1,1; e 1,5 pontos percentuais, respectivamente.

Já em relação aos trabalhadores por conta própria em atividade não agrícola houve uma redução de 1,2 ponto percentual, verificada mais intensamente na Região Sul, onde a queda foi de 1,8 ponto percentual – passando de 17,8% (2,1 milhões de pessoas) para 16,0% (1,9 milhão de pessoas) no período.

Gráfico 8 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo a atividade no trabalho principal - Brasil - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Segundo os dados da PNAD, o grupamento ocupacional com maior concentração de pessoas em 2008 foi o de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, 24,3% (22,4 milhões de pessoas), sendo que somente no Sudeste havia 10,4 milhões de pessoas. Esse grupamento apresentou crescimento de 7,2% de pessoas ocupadas de 2007 para 2008, com a Região Norte, especificamente, registrando um crescimento de 11,8%. Na comparação frente a 2007, destacou-se o crescimento do contingente nos grupamentos de: dirigentes em geral (8,6%), sendo que no Norte o crescimento foi de 17,6%; trabalhadores de serviços administrativos (9,3%), com destaque para o Nordeste que registrou crescimento de 14,0%. Por outro lado, foram verificadas quedas de contingentes de pessoas ocupadas nos grupamentos ocupacionais de técnicos de nível médio (0,8%), vendedores e prestadores de serviço do comércio (2,9%) e trabalhadores agrícolas (3,6%).

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos ocupacionais do trabalho principal - 2008

Grupamentos ocupacionais do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	92 395	6 863	24 549	39 397	14 675	6 910
Dirigentes em geral	4 803	285	852	2 327	915	424
Profissionais das ciências e das artes	6 418	375	1 126	3 341	1 076	500
Técnicos de nível médio	6 754	430	1 442	3 351	1 081	449
Trabalhadores de serviços administrativos	8 361	512	1 580	4 272	1 322	675
Trabalhadores dos serviços	18 338	1 384	4 411	8 455	2 530	1 558
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	8 700	804	2 559	3 546	1 134	656
Trabalhadores agrícolas	15 870	1 293	7 534	3 382	2 682	980
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	22 434	1 703	4 904	10 416	3 822	1 589
Membros das forças armadas e auxiliares	699	76	139	296	110	77
Ocupações maldefinidas	18	0	1	12	4	0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Trabalho infantil

No Brasil, em 2008, havia 92,5 milhões de pessoas ocupadas, com 5 anos ou mais de idade, destas, 4,5 milhões tinham de 5 a 17 anos de idade. As pessoas ocupadas representavam 10,2% da população nesta faixa de idade, 0,7 ponto percentual a menos que em 2007. A Região Nordeste foi a que apresentou a maior proporção, 12,3% (1,7 milhão), e a Sudeste a menor, 7,9% (1,3 milhão). Dentre os homens, a proporção de pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade (13,1% - 2,9 milhões de pessoas) foi maior do que entre as mulheres (7,1% - 1,5 milhão), fato percebido em todas as regiões do País.

Tabela 5 - Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade (%)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	10,2	13,1	7,1
Norte	10,3	13,5	7,1
Nordeste	12,3	16,3	8,0
Sudeste	7,9	10,0	5,7
Sul	11,9	14,7	9,1
Centro-Oeste	10,2	12,7	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 6 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	4 452	2 930	1 522
Norte	451	299	152
Nordeste	1 676	1 143	533
Sudeste	1 294	836	457
Sul	703	438	265
Centro-Oeste	329	214	115

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

A taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 aumentou de 92,4%, em 2007, para 93,3%, em 2008. Dentre as pessoas ocupadas, a taxa de escolarização aumentou em 1,9 ponto percentual, alcançando 81,9%. Com a exceção da Região Sul (79,4%), que apresentou redução, em relação a 2007, de 1,6 ponto percentual da taxa de escolarização dentre as pessoas ocupadas, todas as regiões apresentaram aumento da taxa de escolarização das pessoas com idade de 5 a 17 anos ocupadas.

Tabela 7 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e ocupadas na semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2007-2008

Grandes Regiões	Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)			
	Total		Ocupadas, na semana de referência	
	2007	2008	2007	2008
Brasil	92,4	93,3	80,0	81,9
Norte	90,2	91,2	76,7	80,6
Nordeste	92,4	93,3	82,1	84,0
Sudeste	93,8	94,5	78,1	80,9
Sul	91,1	92,2	81,0	79,4
Centro-Oeste	91,4	92,2	78,6	82,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Em 2008, das pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade, 35,5% estavam em atividade agrícola e 51,6% eram empregados ou trabalhadores domésticos. As pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade trabalhavam em média 26,8 horas habitualmente por semana, em todos os trabalhos, sendo que as pessoas de 5 a 13 anos de idade trabalhavam em média 16,1 horas, de 14 ou 15 anos de idade, 24,2 horas e de 16 ou 17 anos de idade, 32,7 horas. Com relação ao emprego registrado, apenas 9,7% do contingente de empregados ou trabalhadores domésticos de 14 a 17 anos de idade possuía carteira de trabalho assinada, e para as pessoas de 16 ou 17 anos de idade esse percentual foi de 13,1%.

A proporção de pessoas de 5 a 9 anos de idade ocupadas foi de 0,9% e dentre as pessoas de 10 a 13 anos de idade esse percentual foi de 6,1%. Em 2008, 32,3% das pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade eram trabalhadoras não remuneradas e entre as pessoas de 5 a 13 anos de idade esse percentual foi de 60,9%. Para as pessoas de 14 ou 15 anos de idade, 34,0% eram trabalhadoras não remuneradas e, dentre as pessoas ocupadas de 16 ou 17 anos de idade, era de 19,1% esse percentual.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 5 a 17 anos de idade aumentou de R\$ 262,00, em 2007, para R\$ 269,00, em 2008. As pessoas de 5 a 13 anos de idade recebiam em média R\$ 100,00, enquanto as de 14 ou 15 anos de idade recebiam R\$ 190,00 e as de 16 ou 17 anos de idade recebiam R\$ 319,00.

Em 2008 ao se observar a dupla jornada, verificou-se que 57,1% das pessoas de 5 a 17 anos de idade que estavam ocupadas também exerciam afazeres domésticos. As pessoas ocupadas que também exerciam afazeres domésticos eram 61,2% entre aqueles de 5 a 13 anos de idade e 56,0% entre 14 e 17 anos de idade. Entre as mulheres esse percentual foi de 83,3% *vis-à-vis* 43,6% dos homens. Das pessoas não ocupadas de 5 a 17 anos de idade, 42,0% exerciam afazeres domésticos, e dentre as mulheres 54,6% contra 29,2% dos homens.

No Brasil, em 2008, 865 mil pessoas de 5 a 17 anos de idade que estavam ocupadas residiam em domicílios cujo rendimento mensal domiciliar *per capita* era menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo ou sem rendimentos, o que representou um percentual de 10,8% das pessoas desse grupo de idade nessa classe de rendimento. O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* das pessoas de 5 a 9 anos de idade, que estavam ocupadas, era de R\$ 186,00, ao passo que das pessoas com 16 ou 17 anos de idade era de R\$ 394,00.

A tabela, a seguir, tem o propósito de traçar uma síntese do perfil socioeconômico das crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil.

Tabela 8 - Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 2008

Especificação	Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
Percentual de homens na população ocupada, na semana de referência (%)	65,8	68,9	66,3	64,2
Nível de ocupação (%)	10,2	3,3	16,5	33,6
Rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas na semana de referência (R\$)	333	228	303	394
Rendimento médio mensal de trabalho (R\$)	269	100	190	319
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	26,8	16,1	24,2	32,7
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas na semana de referência (%)	81,9	96,2	88,4	72,5
Percentual de pessoas em atividade agrícola na população ocupada na semana de referência (%)	35,5	60,6	36,3	24,3
Percentual de não remunerados na população ocupada na semana de referência (%)	32,3	60,9	34,0	19,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Rendimento

O Rendimento de trabalho

O rendimento médio mensal real de trabalho (das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento), estimado em R\$ 1 036,00 para 2008, foi 1,7% superior ao do ano anterior (R\$ 1 019,00). Embora tenha aumentado, o ritmo de crescimento diminuiu nos últimos três anos, uma vez que, de 2005 para 2006, variou 7,2% e, de 2006 para 2007, cresceu 3,1%.

Em termos regionais, de 2007 para 2008, a Nordeste e a Centro-Oeste foram as regiões que apresentaram os maiores ganhos, 5,4% e 3,2%, respectivamente. As Regiões Sul (2,1%) e Sudeste (0,5%) também apresentaram aumentos, enquanto na Norte não foi observada variação significativa. O Centro-Oeste registrou o maior valor, R\$ 1 261,00 e o Nordeste o menor, R\$ 685,00.

As elevações no rendimento médio mensal real de trabalho, para Brasil, foram observadas em todos os décimos da distribuição de rendimento, especialmente nos mais baixos. Ou seja, para os 10% das pessoas ocupadas com os rendimentos mais baixos, o crescimento do rendimento médio real mensal foi de 4,3% e para os 10% que detinham os rendimentos mais elevados foi de 0,3%. A Região Sul apresentou comportamento similar; as Regiões Norte e Sudeste apresentaram queda no rendimento médio mensal real na classe de rendimento mais elevada da distribuição; na Nordeste houve elevação significativa em quase todos os estratos e, na Centro-Oeste, as classes que apontaram as maiores variações foram as centrais.

O comportamento diferenciado, entre as Grandes Regiões, nas variações dos rendimentos médios reais, nas diferentes classes, resultou em impactos distintos na concentração dos rendimentos e, portanto, no índice de Gini, de 2007 para 2008. Para o País houve queda de 0,528 para 0,521; para o Norte (de 0,494 para 0,479), Sudeste (de 0,505 para 0,496) e Sul (de 0,494 para 0,486), também foi observada redução do índice de Gini. Para a Região Nordeste, como o aumento do rendimento se deu em todos os estratos, não houve impacto relevante na concentração dos rendimentos, passando o índice de Gini de 0,547, em 2007, para 0,546, em 2008. No Centro-Oeste, não houve variação do índice de Gini que ficou em 0,552, o mais alto entre as regiões. Vale registrar que, numa comparação com o passado recente (2004), a evolução dos índices mostra melhora na distribuição de rendimentos de trabalho para todas as Grandes Regiões. No Centro-Oeste, a queda do índice foi menos expressiva.

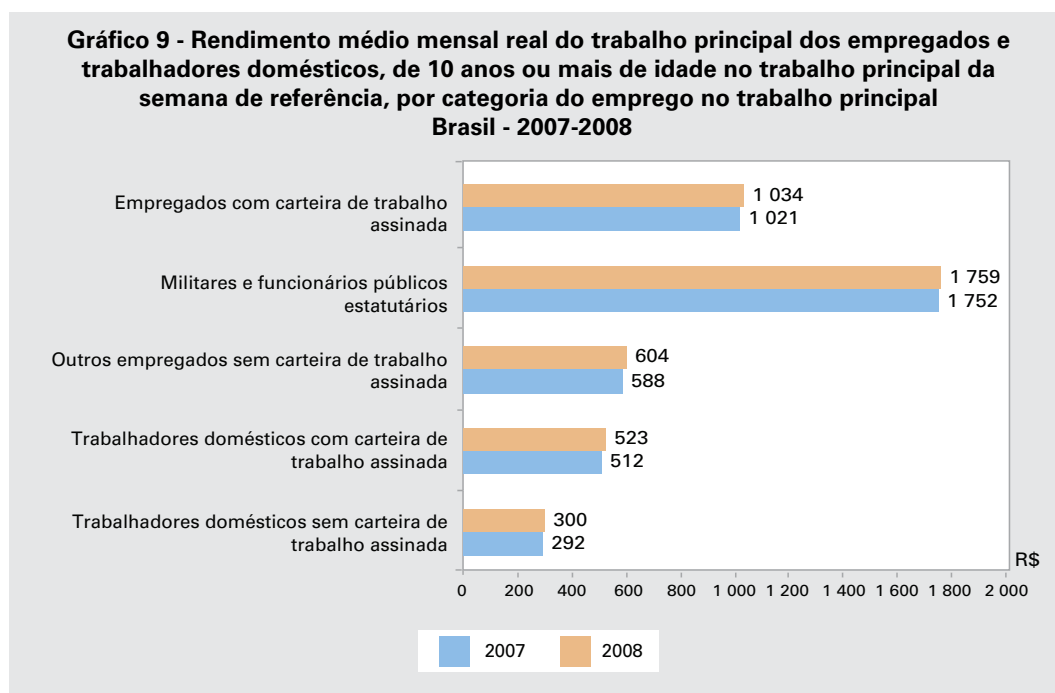
Ao se analisar a distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, em ordem crescente destes rendimentos, observou-se que, para o Brasil, os 10% da população ocupada com os rendimentos mais baixos detiveram 1,2% do total dos rendimentos de trabalho (1,1% em 2007), enquanto os 10% com os maiores rendimentos concentravam 42,7% do total das remunerações, percentual inferior ao de 2007 (43,3%).

Regionalmente, de 2007 para 2008, assim como observado para o País, não houve mudança significativa na parcela de rendimentos que cabia aos 10% de pessoas ocupadas com os rendimentos mais baixos. No entanto, ao se comparar a parcela de rendimentos que cabia aos 10% de pessoas ocupadas com as maiores remunerações, houve queda desta parcela para o Norte (de 41,0% para 39,3%), o Sudeste (de 41,6% para 41,0%) e o Sul (de 40,3% para 39,8%). Para o Nordeste houve uma maior concentração de rendimentos de trabalho para os 10% de maior remuneração (de 45,9% para 46,1%) e para o Centro-Oeste praticamente não houve alteração (de 46,7% para 46,8%).

Por categorias de posição na ocupação, os empregados (inclui empregados com e sem carteira de trabalho assinada e militares e funcionários públicos estatutários e exclui os trabalhadores domésticos) obtiveram ganho real no rendimento médio mensal do trabalho principal (1,8%), cuja remuneração média, em 2008, foi de R\$ 994,00.

Considerando separadamente os grupos de empregados, observou-se que os sem carteira de trabalho assinada, categoria que auferia o menor rendimento médio (R\$ 604,00) entre os empregados, obtiveram o maior ganho real (2,7%) de 2007 para 2008. Os militares e funcionários públicos estatutários recebiam a maior remuneração média, R\$ 1 759,00 e registraram ganho real de 0,4%, em relação a 2007. Os empregados com carteira de trabalho assinada (R\$ 1 034,00) também apresentaram incremento no rendimento médio mensal real recebido do trabalho principal (1,3%).

Os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada registraram ganho real de 2,1% de 2007 para 2008, passando a receber, em média, mensalmente, em seu trabalho principal, R\$ 523,00 em 2008 e os sem carteira de trabalho assinada, que recebiam remuneração média menor (R\$ 300,00), também apontaram aumento, 2,7%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Para os trabalhadores por conta própria houve queda de 4,8% no rendimento médio mensal real do trabalho principal, valendo, em 2008, R\$ 799,00.

Considerando os rendimentos de todos os trabalhos, as mulheres com rendimento de trabalho recebiam R\$ 839,00, em média, o que representou 71,6% do rendimento médio dos homens, R\$ 1 172,00. Comportamento observado em todas as categorias de posição na ocupação, mesmo na de trabalhadores domésticos, cuja predominância é feminina.

O Rendimento de todas as fontes

O rendimento médio mensal real de todas as fontes (das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento) apresentou, de 2007 para 2008, um ganho de 2,0%, atingindo o valor de R\$ 1 023,00. Foi o menor aumento nas últimas quatro comparações anuais, pois de 2004 para 2005, o aumento foi de 5,1%; de 2005 para 2006 foi de 6,1%, e de 2006 para 2007, foi de 2,7%. Os valores reais médios de todas as fontes estimados foram de R\$ 876,00; R\$ 921,00; R\$ 977,00; e R\$ 1 003,00, em ordem crescente dos anos de 2004 a 2007.

Para o rendimento médio mensal real de todas as fontes, os aumentos mais expressivos ocorreram nas classes de rendimentos intermediárias. Em 2008, os 10% de pessoas que tinham os rendimentos mais baixos não tiveram aumento real do rendimento médio de todas as fontes em relação a 2007 (para o rendimento de trabalho, o aumento foi de 4,6%) e para aqueles que correspondiam aos 10% de rendimentos mais elevados o aumento foi de 1,1%.

A redução na concentração dos rendimentos de todas as fontes pode ser verificada através do índice de Gini, que passou de 0,535, em 2007, para 0,531, em 2008.

A Região Centro-Oeste foi a única que apresentou elevação do indicador (0,564, em 2007, e 0,567, em 2008) e também foi a que deteve a maior concentração dos rendimentos de todas as fontes, entre as regiões. O Norte apresentou a maior queda do índice, passando de 0,508 para 0,498. Os índices de Gini estimados para as demais regiões foram: Sudeste (0,507); Sul (0,498); e Nordeste (0,539).

O Rendimento domiciliar

Em 2008, o rendimento médio mensal real dos domicílios com rendimento, foi de R\$ 1 968,00, registrando ganho de 2,8% em relação ao de 2007, quando o rendimento foi de R\$ 1 915,00. Este rendimento vinha apresentando ganhos reais nos últimos anos: 4,9%, de 2004 para 2005; 7,6%, de 2005 para 2006; 1,4%, de 2006 para 2007. Os valores estimados foram: R\$ 1 673,00, em 2004; R\$ 1 755,00, em 2005; R\$ 1 889,00, em 2006 e R\$ 1 915,00, em 2007. Foi observado aumento do rendimento médio real domiciliar em todas as regiões: Norte (1,4%); Nordeste (4,2%); Sudeste (2,5%); Sul (2,0%) e Centro-Oeste (5,5%). A Região Nordeste registrou o menor valor para o rendimento domiciliar (R\$ 1 299,00) e o Centro-Oeste, o maior (R\$ 2 352,00).

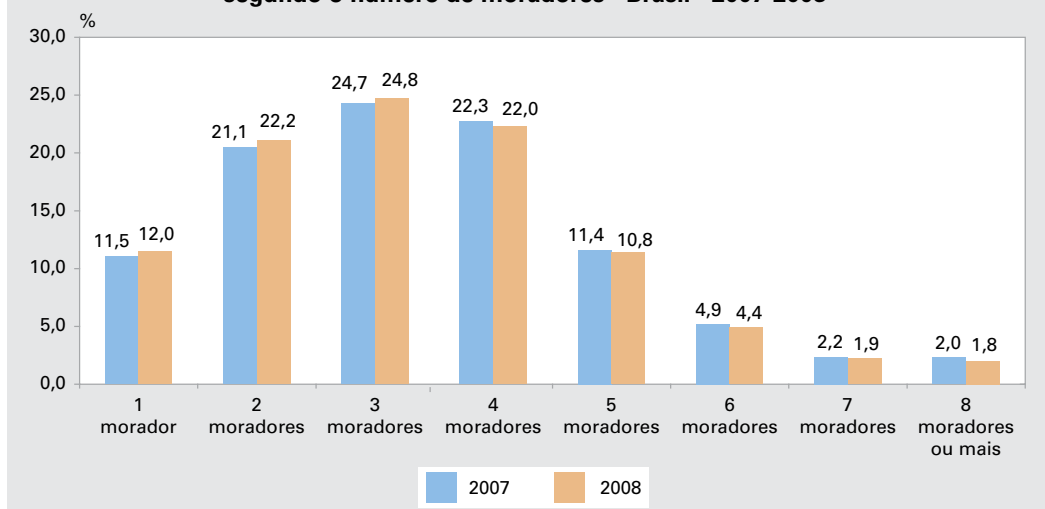
De 2008 para 2007, para o País, houve elevação em todas as classes de rendimento médio mensal real domiciliar, porém as maiores variações ocorreram nas classes com rendimentos mais baixos. Regionalmente, foi observado o mesmo comportamento. As únicas diferenças foram no Norte, onde os 10% com maiores rendimentos tiveram queda do rendimento médio e no Sul, onde não houve variação do rendimento nesta classe.

Desta forma, o índice de Gini estimado mostrou redução na concentração do rendimento mensal domiciliar para o Brasil. O índice passou de 0,521, em 2007, para 0,515, em 2008. Neste mesmo período, houve redução do índice em todas as regiões: Norte (de 0,498 para 0,478); Nordeste (de 0,528 para 0,525); Sudeste (de 0,498 para 0,492); Sul (de 0,484 para 0,477) e Centro-Oeste (de 0,552 para 0,549). As Regiões Norte e Sul apresentaram as maiores reduções no índice de Gini de 2007 para 2008.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

O número de domicílios particulares permanentes, em 2008, alcançou 57 557 mil unidades, 1 787 mil unidades a mais que no ano anterior. A quantidade de domicílios próprios aumentou sua participação relativa em 0,4 ponto percentual, destacando-se os domicílios próprios quitados, cuja participação representou 70,1% do total de domicílios. Já os domicílios em aquisição (4,3%) aumentaram em 0,2 ponto percentual, os alugados se mantiveram estáveis (16,6%), os classificados em outra forma de ocupação aumentaram sua participação em 0,1 ponto percentual e os cedidos foram 0,4 ponto percentual menor.

No Brasil, de forma geral, reduziu-se o número de domicílios com 5 ou mais moradores. Em termos relativos, a proporção de domicílios com 4 moradores ou mais se reduziu em relação a 2007. Em 2008, 12,8% dos domicílios das Regiões Sul e Sudeste tinham 1 morador e nessas duas regiões mais de ¼ dos domicílios tinham 3 moradores.

Gráfico 10 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo o número de moradores - Brasil - 2007-2008

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

O número de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água manteve o ritmo de crescimento, apresentando um aumento de 0,7 ponto percentual na participação de domicílios atendidos no total de domicílios, resultando em 83,9% dos domicílios. Em termos absolutos, estimou-se a ampliação de atendimento em 1 886 mil unidades. Destaca-se a evolução da Região Nordeste, com um acréscimo de 2,3 pontos percentuais na proporção de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento em relação ao ano anterior, um aumento de 770 mil domicílios.

Tabela 9 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões - 2007-2008

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes									
	Forma de abastecimento de água					Esgotamento sanitário				
	Rede geral		Outra		Rede coletora		Fossa séptica		Outro ou não tinham	
	Número (1 000 domicílios)	Per-centual (%)	Número (1 000 domicílios)	Per-centual (%)	Número (1 000 domicílios)	Per-centual (%)	Número (1 000 domicílios)	Per-centual (%)	Número (1 000 domicílios)	Per-centual (%)
2007										
Brasil	46 410	83,2	9 359	16,8	28 497	51,1	12 435	22,3	14 838	26,6
Norte	2 149	56,3	1 669	43,7	383	10,0	1 722	45,1	1 713	44,9
Nordeste	10 928	75,7	3 500	24,3	4 298	29,8	3 655	25,3	6 475	44,9
Sudeste	22 548	91,6	2 057	8,4	19 498	79,2	2 464	10,0	2 643	10,7
Sul	7 423	84,8	1 332	15,2	2 868	32,8	4 075	46,5	1 813	20,7
Centro-Oeste	3 362	80,7	802	19,3	1 449	34,8	520	12,5	2 195	52,7
2008										
Brasil	48 296	83,9	9 261	16,1	30 208	52,5	11 909	20,7	15 441	26,8
Norte	2 338	58,3	1 672	41,7	380	9,5	2 030	50,6	1 599	39,9
Nordeste	11 698	78,0	3 296	22,0	4 820	32,1	3 432	22,9	6 742	45,0
Sudeste	23 243	91,8	2 066	8,2	20 406	80,6	2 077	8,2	2 827	11,2
Sul	7 559	84,1	1 434	15,9	3 004	33,4	3 906	43,4	2 083	23,2
Centro-Oeste	3 457	81,3	793	18,7	1 597	37,6	463	10,9	2 190	51,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

No que se refere a esgotamento sanitário, a participação de domicílios atendidos por rede coletora de esgoto aumentou 1,4 ponto percentual e, dessa forma, o Brasil passou a ter 30 208 mil domicílios ligados a rede coletora de esgotamento sanitário. A Região Norte do País mesmo tendo a menor parcela de domicílios ligados a rede coletora, com apenas 9,5% do total de domicílios da região, apresentou redução de 0,5 ponto percentual na proporção de domicílios com esse serviço, não mantendo o crescimento que ocorreu de 2006 para 2007.

O número de domicílios que possuíam outro tipo de esgotamento sanitário ou não possuíam qualquer tipo de esgotamento sanitário aumentou em 603 mil unidades, um aumento de 0,2 ponto percentual. A Região Norte apresentou uma redução no número de domicílios com acesso a rede coletora, e um aumento de 5,5 pontos percentuais de domicílios com fossa séptica (mais 309 mil domicílios). No entanto, ainda, possuía 1 559 mil domicílios sem ligação com a rede coletora ou com fossa séptica.

Após um crescimento de 0,6 ponto percentual em relação ao ano anterior, 87,9% (50 590 mil) dos domicílios passaram a contar com o serviço de coleta de lixo. Todas as regiões do Brasil contribuíram para tal avanço, sendo que as Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram as maiores contribuições em valores absolutos, 641 mil e 690 mil unidades, respectivamente.

O fornecimento de energia elétrica foi o serviço público com o maior alcance no País. Com a expansão realizada de 2007 para 2008, o número de domicílios que dispunham deste serviço alcançou 98,6% em relação ao total.

O acesso à telefonia apresentou, mais uma vez, uma forte evolução, principalmente, pelo crescimento da telefonia celular. O acréscimo do número de domicílios que passaram a possuir algum tipo de telefone, de 2007 para 2008, foi de 4 378 mil e, dos que possuíam somente telefone móvel celular foi de 3 985 mil. Assim, dada uma variação de 5,3 pontos percentuais a participação de domicílios que possuíam algum tipo de telefone passou a ser 82,1% o que representaram 47 228 mil domicílios. Já a situação de possuir somente telefone móvel celular alcançou o número de 21 667 mil domicílios (37,6% do total de domicílios), um aumento de 5,9 pontos percentuais em relação ao percentual do ano anterior.

Tabela 10 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à comunicação no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2008

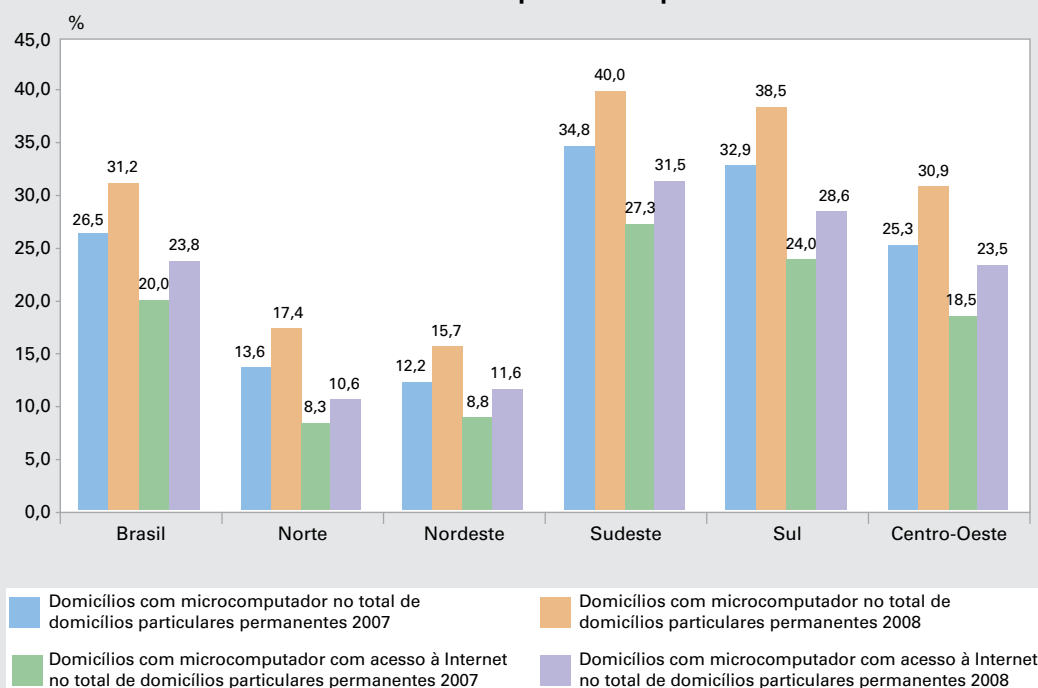
Grandes Regiões	Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)											
	Iluminação elétrica	Telefone		Fogão	Filtro de água	Geladeira	Freezer	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Microcomputador	
		Total	Somente móvel celular								Total	Com acesso à Internet
Brasil	98,6	82,1	37,6	98,2	51,6	92,1	16,0	41,5	88,9	95,1	31,2	23,8
Norte	94,9	72,4	49,0	96,7	31,4	83,9	15,3	26,7	76,4	90,0	17,4	10,6
Nordeste	97,0	66,8	43,9	96,1	49,1	81,5	7,0	15,5	82,4	91,7	15,7	11,6
Sudeste	99,8	88,9	29,3	99,4	65,0	97,3	15,6	54,3	93,0	97,6	40,0	31,5
Sul	99,4	89,8	40,8	99,0	22,6	97,2	31,5	59,0	94,9	96,4	38,5	28,6
Centro-Oeste	99,2	87,9	47,7	98,8	60,4	95,1	18,6	34,4	86,4	94,6	30,9	23,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

As proporções de domicílios que possuíam fogão, filtro de água, *freezer* e rádio variaram com pouca intensidade, principalmente se comparados a itens como máquina de lavar roupa e microcomputador. As parcelas de domicílios que apresentavam a existência de cada um dos quatro primeiros itens correspondiam a: 98,2%, para fogão; 51,6%, para filtro de água; 16,0%, para *freezer*; e, 88,9%, para rádio.

Dos 57 557 mil domicílios brasileiros, 17 945 mil (31,2%) possuíam microcomputador, sendo 13 716 mil (23,8%) com acesso à Internet. Mais da metade dos domicílios do País que possuíam computador (10 119 mil) estavam na Região Sudeste, e destes, 7 978 mil tinham com acesso à Internet. Apesar da evolução em relação ao ano anterior, esses números refletiram a desigualdade de acesso à informação a partir da Internet. A Região Sudeste possuía 31,5% de seus domicílios conectados à Internet; a Região Sul, 28,6%; a Região Centro-Oeste, 23,5%; a Região Nordeste, 11,6%; e, a Região Norte, 10,6%.

Gráfico 11 - Percentual de domicílios com microcomputador e com microcomputador com acesso à Internet no total de domicílios particulares permanentes - Brasil - 2007-2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.